

**O AGRO AMAZÔNICO  
MOBILIZADO PARA  
A COP30: MOVIMENTO  
DOS PRODUTORES  
RURAIS INDEPENDENTES  
DA AMAZÔNIA (MPRIA)**

**THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES**

**RESUMO:** Este artigo busca explorar algumas questões relacionadas às recentes mobilizações do setor agropecuário na Amazônia, especialmente compreender as condições de emergência do Movimento dos Produtores Rurais da Amazônia (MPRIA) e a organização de um evento em Marabá em 2025 denominado COP do Agro, agendado para preceder em um mês a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30. A mobilização agregou produtores receosos da conferência sobre o agronegócio da Amazônia ressentidos pela crescente exclusão dos produtores rurais do debate ambiental sobre a Amazônia. O MPRIA permite supor que os produtores rurais da região vêm se estruturando a partir da afirmação de uma identidade particularizada dentro do campo do agronegócio brasileiro, ao mesmo tempo que incorporam um padrão organizativo e estratégias consolidadas pelo campo do agronegócio nacional que estruturaram um modo ordenado de atuar nos debates políticos nacionais nos últimos vinte anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia, mobilização, agronegócio, meio ambiente, mudança climática.

No mês de outubro de 2025, a cidade de Marabá, no Pará, realizaria a COP30 do Agro, um evento organizado pela Associação dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria), que foi criada em 2024 e que se autoidentifica nas redes sociais também como Movimento dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia, doravante denominado MPRIA. O movimento se propõe ser uma voz ativa e opinativa em relação às questões ambientais e produtivas da Amazônia, oferecendo um contraponto às narrativas que vigoram nacional e internacionalmente sobre a ocupação predatória da região pelos agricultores e destacando o ponto de vista do produtor rural da Amazônia.

Em uma edição especial de caráter publicitário da Rede Liberal,<sup>1</sup> Vinicius Borba, advogado e porta-voz da Apria/MPRIA, informa que o movimento reúne mais de mil agropecuaristas de nove estados da Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, mas que o grupo representaria “mais de 1 milhão de produtores em toda a região”. Borba se identifica como “advogado do agro”, produtor rural do Pará e defensor de produtores rurais da Amazônia por mais de vinte anos. Ele nasceu em Goiás e migrou com a família na infância para Araguaína, no Tocantins, e atualmente é a imagem midiática do MPRIA e a voz de suas pautas nas redes sociais, especialmente em veículos de comunicação do Pará.

O porta-voz do movimento sustenta que os produtores da Amazônia estão se sentindo cada vez mais preteridos nos intensos debates sobre a ocupação sustentável da Amazônia Legal e que a “COP do Agro”, que o movimento está organizando paralelamente, visa reintroduzi-los no diálogo com os governos federal e estadual sobre as estratégias de desenvolvimento para a região. A COP do Agro pretende mostrar a força coletiva do setor agropecuário paraense, identificado no discurso do movimento como sinônimo do agro da Amazônia, bem como produzir uma carta de intenções com as demandas do setor formado por grandes produtores

1 Publicação do *GI*, da Rede Globo. A Rede Liberal é formada também por sete emissoras de TV e retransmissoras afiliadas à Rede Globo, que cobrem quase todo o estado do Pará.

de commodities agrícolas do país, supostamente comprometidos com a preservação ambiental, uma vez que preservam mais de 80% das suas propriedades.

Há uma preocupação — manifestada em especial por grandes produtores regionais — de que se reproduza a imagem negativa do segmento na COP30 e de que ocorra o que denominam uma leitura ideológica do ambientalismo a respeito do agronegócio amazônico. Também receiam que, durante as negociações do evento, prevaleçam os estereótipos que identificam o agronegócio com o crime ambiental na Amazônia, sobretudo numa gestão federal por eles considerada demasiadamente alinhada com os movimentos sociais da Amazônia, do ponto de vista político.

A COP30 aconteceu após dez anos do Acordo de Paris, quando os países se comprometeram a assumir metas de redução de gases do efeito estufa por meio de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que deveriam ser atualizadas em 2025. A COP do Agro ocorreu um mês antes da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que reuniu em Belém, no mês de novembro, lideranças mundiais a fim de discutir soluções para conter a crise climática e que pretende uma mobilização expressiva do setor agropecuário, com o intuito de visibilizar suas demandas e propostas para o desenvolvimento sustentável da região.

O que vem tornando a COP do Agro interessante é o fato de o evento vir funcionando como um catalisador para a construção de uma alternativa para a representação política e institucional independente de uma parcela do agronegócio mais poderoso da Amazônia, do sul paraense, das tradicionais entidades representativas do agronegócio estadual e nacional. A Faepa e a CNA<sup>2</sup> são frequentemente mencionadas pelo porta-voz do grupo como entidades que não representam a contento as demandas do grupo e não conseguem chegar aos “rincões mais remotos da Amazônia”.

2 Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) é uma das entidades sindicais de grau superior que integra a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A Apria, por meio das redes sociais, vem expondo as insatisfações de parte do setor agropecuário com a retomada das fiscalizações e com os prejuízos que o agronegócio tem sofrido com multas e embargos por infrações ambientais retomadas após os anos de desmonte ambiental durante o governo de Jair Bolsonaro. O porta-voz da Apria ressalta que a entidade busca “voz, vez e respeito” para reagir à “grande mídia manipulada pelas ONGs” e a um Estado ineficaz, que impede os agricultores de regularizar as áreas antropizadas até 2008 e nelas produzir e preservar livres de “embargos, Prodes e moratórias”.

A associação está se esforçando com uma campanha intensa para ganhar associados e arrecadar fundos para realizar a COP do Agro. À medida que o evento se aproxima, reforça que ele representa uma demonstração de força e legitimidade perante as entidades tradicionais representativas do agronegócio paraense, o governo do estado e governo federal, e tem como objetivo obter o apoio dos políticos identificados com o grupo, a fim de enfrentar as medidas que os prejudicam.

A Apria atua intensamente por meio do Instagram e do WhatsApp, produzindo muitos vídeos com notícias, a explicitação dos propósitos e a urgência da mobilização. Todos os vídeos dão destaque aos contatos por WhatsApp, e há um “time de secretárias” disponível para atender os interessados em se associarem. As postagens em 2025 declaram abertamente a percepção de que o setor agropecuário da Amazônia não terá vez na COP30 em Belém e que a COP do Agro de Marabá será o único espaço para os debates dos “pequenos, médios e grandes produtores” da Amazônia.

A COP30 do Agro conta com o apoio do atual prefeito de Novo Progresso,<sup>3</sup> Gelson Dill, e dos deputados estaduais Aveilton Souza (PSD) e Wesley Tomaz (Avante), que defendem as causas dos produtores rurais na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

**3** Município do Pará, situado ao longo da BR-163, com limites no norte de Mato Grosso. O município ostenta índices alarmantes de desmatamento florestal nos últimos anos, para a criação de pastagens. O prefeito de Novo Progresso possui gado em terras embargadas por órgãos fiscalizadores, recebeu multas e teve parte do seu rebanho embargado.

Segundo Vinicius Borba, o porta-voz da Apria, os produtores vão “ajuntar milhares de pessoas de chapéu e botina lá na porta da COP em Belém, para manifestar e mostrar nossa cara”, se as propostas do movimento forem ignoradas na COP30 (Tosi, 2024). Por vezes, as manifestações do movimento na imprensa oscilam ora em tom belicoso e ameaçador, ora em tom pacificador, insistindo na possibilidade de conciliação e no imperativo da colaboração do setor agropecuário para o sucesso da proteção ambiental.

O movimento reclama de não ter um lugar na mesa das discussões da COP30, uma vez que serão tomadas decisões que impactarão diretamente a vida dos produtores rurais e determinarão o futuro produtivo da região. Seus representantes insistem que um debate internacional sobre mudanças climáticas com centralidade da Amazônia deve obrigatoriamente reconhecer a relevância do agronegócio na região e torná-los parceiros da preservação mediante diálogo respeitoso e sem preconceitos.

A produção agropecuária da Amazônia tem alcançado importância crescente no Brasil, reunindo cerca de 40% do rebanho bovino nacional e colaborando para que o país seja o maior exportador da carne no mundo. No entanto, as normas ambientais exigem que os produtores da Amazônia preservem 80% da área produtiva e, segundo denúncia do porta-voz do movimento, as ONGs que atuam na Amazônia pressionam o governo brasileiro por legislações cada vez mais rigorosas, dificultando a produção dos agricultores.

Este artigo buscou explorar algumas questões relacionadas às recentes mobilizações do setor agropecuário na Amazônia, sobretudo compreender as condições que fez emergir o Movimento dos Produtores Rurais da Amazônia. Tal mobilização vem agregando produtores receosos dos efeitos da COP30 e ressentidos pela exclusão de um debate ambiental internacional que acontecerá na sua região. O MPRIA aponta, ainda, que os produtores rurais da região têm se organizado a partir da afirmação de uma identidade particularizada dentro do campo do agronegócio brasileiro, mas incorporando um padrão organizativo e estratégias de ação que estão sendo estabelecidas no campo do agronegócio no Brasil nos últimos vinte

anos, caracterizado por um “modo organizado e sistemático”. Isso evidencia o que Pompeia (2020) denominou “concertação política”.

Adiante, é demonstrado que o movimento em questão tem se empenhado na produção de agendas de reivindicação direcionadas aos governos estadual e federal, bem como na formação e consolidação de uma associação regional agregadora de produtores reunidos mediante recrutamento nas redes sociais, em canais agropecuários, no Facebook, no Instagram e nos diversos grupos de WhatsApp, a fim de integrar produtores rurais nos municípios da Amazônia. O MPRIA e seu evento paralelo em Marabá é uma aposta no reconhecimento público do tamanho e da representatividade da entidade às vésperas de um acontecimento interpretado por setores diversos como uma evidência do poder internacional sobre a Amazônia, ao passo que a COP do Agro reforça o imaginário do destino agropecuário regional enquanto alternativa mais viável para alcançar a prosperidade amazônica.

Esta pesquisa é bastante preliminar e baseia-se em material coletado em trabalho de campo em municípios do sul do Amazonas em 2023 e no acompanhamento de seus desdobramentos até o momento, principalmente nas informações trocadas com informantes e redes de pesquisadores da Amazônia, além de dados obtidos em sites, redes sociais de representantes do movimento, videoentrevistas disponíveis online em canais especializados em temas da agropecuária e nas frequentes manifestações de lideranças da organização na imprensa.

O Movimento dos Produtores Rurais da Amazônia emerge tal como o agronegócio nacional de “um impulso organizado e sistemático, em função da agudização de disputas fundiárias e conflitos socioambientais” (Pompeia, 2020, p. 2), que estão se intensificando em virtude das medidas intensivas de comando e controle para coibir crimes ambientais e promover a restauração na área do Arco do Desmatamento amazônico<sup>4</sup> após a posse do presidente Lula, em

**4** Faixa de 500 mil km<sup>2</sup> de terras que vão do leste e sul do Pará em direção ao oeste, passando por Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Acre. É caracterizada pelo avanço da fronteira agrícola em direção à floresta e é também onde estão os maiores índices de desmatamento da Amazônia.

2023. O governo Lula afirmou “o compromisso moral de acabar com o crime organizado e o garimpo ilegal na Amazônia”,<sup>5</sup> e vem investindo na retomada de operações de fiscalização ambiental na região, com redução significativa do desmatamento na Amazônia nos primeiros dois anos de governo, especialmente no Pará.

A captação de investimentos internacionais para a proteção da Amazônia foi retomada com a eleição de Lula e com eles os compromissos de controle do desmatamento e recuperação de florestas degradadas. O Fundo Amazônia, reativado em 2023, e o Fundo Clima voltaram a operar no atual governo. E o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal operador financeiro dos dois fundos, ultrapassou a marca de captação de R\$ 700 milhões em recursos não reembolsáveis para combate aos incêndios e para projetos de restauração ecológica.

O governo do Pará também iniciou os editais de concessão para a recuperação de mais de 10 mil hectares degradados, localizados na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, em Altamira, a chamada Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX), uma iniciativa pioneira no Brasil. O programa de recuperação se enquadra nas metas estabelecidas pelo Poder Executivo até a COP30, prevendo a designação ou incorporação florestal de mais 100 mil hectares de áreas públicas para o programa de concessão de Unidades de Restauração até 2026, sendo 20 mil hectares até a COP30. O intuito é viabilizar um arco da restauração no Pará, justamente no epicentro da área de expansão da fronteira agropecuária, cujo passivo de desmatamento deverá ser recuperado por empresas eleitas em leilões, que poderão usufruir futuramente da geração de créditos de carbono.

As pressões para haver controle da expansão da fronteira agropecuária pela fiscalização e recuperação florestal avançaram de 2023 a 2025, invertendo a dinâmica até então em curso, com o avanço dos incêndios florestais e a grilagem. A criação do MPRIA é uma reação a

**5** Disponível em: <https://pt.org.br/governo-lula-reduz-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado/>. Acesso em: 11 maio 2025.

estas novas dinâmicas, mas a criação de uma associação independente de produtores da Amazônia não significa uma ruptura radical com a representação das entidades tradicionais dos grandes produtores, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade sindical patronal que existe desde 1964. Representantes do setor na Amazônia, como Maria Augusta da Silva Neta — então presidente do Sindicato Rural de Altamira e diretora da Associação de Pecuaristas do Pará (Acripará) —, insistem em uma representação com menos limitações do que as federações tradicionais e mais identificada com os desafios particulares enfrentados pelos produtores da Amazônia, os quais precisam de mais “liberdade de atuação e negociação, pois as grandes federações não podem bater de frente, não podem apresentar demandas mais acirradas, devido a questões políticas”. Silva Neta destaca, por exemplo, a necessidade urgente de resolver a “regularização fundiária para que se consiga fazer a rastreabilidade do gado que o governo prometeu até 2025” (Tosi, 2024).

Os movimentos sociais no campo vêm se organizando fora dos marcos tradicionais e, desde o fim da década de 1980, buscam novas formas de associação e enfrentamento para além das entidades sindicais consolidadas (Almeida, 1989). No campo das organizações representativas do agronegócio, tem se acompanhado também o questionamento das entidades representativas tradicionais e a ampliação de divergências internas no cenário do agronegócio nacional.

Os movimentos dos produtores da Amazônia derivam do que, na classificação criada por Pompeia (2023), se denominou face “negacionista”, surgida em 2017 e muito próxima da pauta do Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA). Entre seus representantes estão os setores pecuaristas que não se consideravam devidamente representados pelas associações dominantes, tais como a CNA, e questionavam a pouca influência de suas demandas nas tomadas de posição nacionais e a concentração regional de frigoríficos, posicionando-se, posteriormente, contra pautas ambientais dos movimentos sociais, em especial na Amazônia.

Pompeia afirma que esta corrente teve e tem influência de líderes como o pecuarista Luiz Nabhan Garcia, presidente da União

Democrática Ruralista. Estes pecuaristas alinhados com pautas negacionistas representam o primeiro segmento da agropecuária a apoiar Jair Bolsonaro quando ainda era candidato a presidente — Bolsonaro deu relevo ao discurso desse grupo, para atrair a articulação construída com as demais tendências do agronegócio brasileiro. Agregaram-se a este movimento pequenos e médios sojicultores do Mato Grosso vinculados à Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), que combatiam o poder das transnacionais ligadas à soja e se ressentiam das dificuldades de interlocução com governos estadual e federal. Da adesão e articulação entre pecuaristas e com a ampliação da adesão entre sojicultores formou-se o Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA).

Com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2018, os integrantes do MBVA apoiaram a liderança da UDR para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mas outras entidades mais consolidadas e articuladas politicamente no campo do agronegócio resistiram à nomeação de Nabhan Garcia. Por fim, a ele foi delegada a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, pautada no diálogo com as associações locais, na criminalização e no enfrentamento aos movimentos sociais do campo e no empenho para a celeridade da regularização fundiária, garantindo a fidelidade do MBVA ao bolsonarismo.

Durante o período do governo Bolsonaro, o MBVA orientou-se por posturas negacionistas sobre o aquecimento global, crítica ao Acordo de Paris e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Posicionaram-se radicalmente contrários a pontos do Código Florestal, como a exigência de reserva legal de 80% das propriedades na Amazônia, percebida como equivalente ao desmatamento zero na Amazônia, ao passo que produtores do Sul e Sudeste só preservam 20% da propriedade. Ainda que tenha sempre defendido a necessidade de regularização fundiária em terras públicas, a CNA se posicionou de forma mais ambígua e pragmática em relação às questões socioambientais, evitando posturas demasiadamente negacionistas sobre o aquecimento global ou críticas enfáticas ao Acordo de Paris, ou seja, evitou posicionamentos que pudessem resultar em grandes danos à

reputação da agropecuária brasileira ou que atrapalhassem os negócios das exportações de commodities agrícolas.

Conforme salientado antes, os produtores da Amazônia têm protagonizado suas dissidências com entidades tradicionais do agronegócio, adotando como diacrítico a forte carga ideológica, combinada ao que apontam como uma postura desigual em termos de cobranças com outros produtores do país. Segundo o porta-voz do MPRIA, existe uma desigualdade fundamental entre os produtores brasileiros da Amazônia e do resto do mundo, pois a eles é cobrado o duplo papel de produzir e preservar a floresta. Diferentemente dos produtores de alhures, o produtor da Amazônia tem sido condenado à “insegurança jurídica” pela morosidade do avanço na regularização fundiária na região, fato que o mantém refém da ação de grileiros e invasores. O exemplo dos assentamentos rurais costuma ser mencionado como um padrão dominante da ilegalidade na Amazônia, uma vez que pouco mais de 5% dos assentados consolidados da reforma agrária obtiveram o título definitivo da terra.

No caso da regularização das propriedades, apesar da flexibilização da legislação nos últimos anos, existe a barreira da capacidade dos governos para analisar milhares de processos e áreas já georreferenciadas. Para Borba, a solução seria pegar “essas propriedades, no estágio que está de ocupação, de antropização”, aceitar “do jeito que está” e dar “escritura para esse cara. Porque daí você vai vincular a um CPF [...]. Feito isso, você consegue separar o joio do trigo”. A morosidade da regularização é percebida como uma estratégia política para não matar “a galinha de ovos de ouro” porque, se der “documento para todo mundo da Amazônia, igual no sul e sudeste, como é que as ONGs e a Marina Silva vão falar que invasores e grileiros estão desmatando a Amazônia?” (Tosi, 2024).

Em entrevista concedida ao canal Notícias Agrícolas,<sup>6</sup> Paulo Herrmann, gaúcho e um dos mais destacados executivos do agronegócio brasileiro,<sup>7</sup> declarou que a agricultura sustentável brasileira

6 Programa *Bom dia, agronegócio*, durante entrevista publicada em 08/12/2023.

7 CEO da PH Advisory Group e ex-presidente da John Deere no Brasil.

está andando muito bem, mas que 10% do território nacional não têm titulação, e é nesse espaço que acontecem todos os desvarios da agricultura do país, como as queimadas, os desmatamentos e a extração ilegal de minério. Segundo ele, isso precisaria ser investigado com rigor, pois “é uma questão de polícia e não tem nada a ver com agricultor, com pecuarista ou com o agro”. Herrmann provoca ao mencionar que estava acompanhando a COP29 no Azerbaijão<sup>8</sup> e viu cerca de quarenta indígenas brasileiros participando ativamente da reunião, mas pouca ou nenhuma presença de produtores rurais brasileiros.

Percebe-se, nas manifestações dos representantes do MPRIA, um esforço retórico considerável para se distanciar das práticas criminosas de desmatamento, enfatizando que a ineficiência do governo brasileiro os empurra para a ilegalidade. Borba afirma que “quem faz parte do nosso meio é aquele cara que é errado, sim, porque desmatou sem uma licença. Mas onde é que vai conseguir uma licença?” (Tosi, 2024). O Código Florestal de 2012 legislou sobre os passivos ambientais existentes a partir de 2008, por meio de medidas como o registro obrigatório e a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Plano de Regularização Ambiental (PRA), para as áreas a serem recuperadas. No entanto, tal processo permanece sem conclusão até o momento.

Para além das questões cadastrais elencadas antes, as reivindicações imediatas do Movimento dirigem-se principalmente às medidas recentes de comando e controle para coibir o desmatamento na Amazônia, que vão de encontro aos interesses de pecuaristas da região e têm conferido consideráveis prejuízos ao setor. Na lista de demandas urgentes do movimento estão a suspensão

**8** Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2024 ou Conferência das Partes da UNFCCC, conhecida como COP29. A COP29 aconteceu em Baku, Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro de 2024.

imediate de programas como o TAC da Carne,<sup>9</sup> a rastreabilidade bovina, o monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes),<sup>10</sup> os embargos,<sup>11</sup> as desapropriações, as desintrações<sup>12</sup> e as apreensões de gado.<sup>13</sup>

Outra queixa frequente do movimento está direcionada à atuação do Ministério Público na Amazônia, que estaria funcionando como “braço institucional de ONGs”, encaminhando ações judiciais e punindo sem o devido respeito ao processo legal e sem a garantia de presunção de inocência. Nesse sentido, os representantes argumentam que ninguém deveria ser privado de seus bens ou direitos sem o adequado processo legal.

Um dos integrantes do MPRIA, Roberto Barbosa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Tucuruí (PA), questiona a imposição da rastreabilidade do gado e alega que a medida vai “matar” os pequenos pecuaristas da Amazônia. Segundo ele, “quase todos teriam alguma pendência ambiental, por queimada ou corte raso; por sobreposição de área com reserva ecológica, área indígena, APA ou

- 9** O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado pelo Ministério Público Federal (MPF) com inúmeros frigoríficos que operam na Amazônia Legal. Este é um dos mais importantes instrumentos de controle do desmatamento na cadeia da pecuária bovina no Brasil.
- 10** Projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que monitora o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal.
- 11** O embargo de áreas de ocorrência de crime ambiental é um mecanismo de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, abandonado pelo ex-presidente Bolsonaro. Em junho de 2024, no Dia Mundial do Meio Ambiente, uma instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estabeleceu novos procedimentos para o que chamam de “embargo geral preventivo e remoto” de áreas flagradas com desmatamento ilegal.
- 12** Em 2023 e 2024, o Ibama iniciou uma operação conjunta com outros órgãos para a desintração de terras indígenas na Amazônia, especialmente no Pará, com o objetivo de erradicar a presença de garimpeiros ilegais destas áreas.
- 13** O Ibama apreendeu milhares de cabeças de gado encontradas em áreas embargadas. Os pecuaristas, como fiéis depositários dos rebanhos, ficam impedidos de vender os animais durante os processos judiciais. No município de Novo Progresso, no Pará, cerca de dez áreas foram alvo do Ibama no mês de outubro. Em apenas duas áreas foram apreendidas 4.500 cabeças de gado.

reserva extrativista; ou então por algum embargo do Ibama”. Barbosa continua dizendo, ainda, se os produtores rastream o gado, estarão “mortos”: “É o que vai acontecer, porque 90% dos produtores têm esse problema, eles não têm regularização fundiária. Como vão rastrear o gado? Não vão ter condições de vender um bezerro para ninguém. O grande produtor, que compra do pequeno e do médio, não vai poder comprar também. É outro que vai sair do mapa” (Tosi, 2024).

O tratamento desigual das demandas territoriais na Amazônia pelo governo Lula costuma ser acionado pelos integrantes do movimento na argumentação porque, se por um lado a regularização fundiária e ambiental é morosa, por outro o governo federal estaria sendo célere na destinação das novas áreas para reservas indígenas e unidade de conservação, muitas vezes se sobrepondo e expropriando (desintrusão) as famílias de agricultores com longa permanência na terra.

As ações de fiscalização com apreensão de gado em áreas embargadas realizadas em outubro de 2024 em Novo Progresso, por exemplo, têm acirrado os ânimos de produtores. Em pronunciamento durante a reunião, com a presença de dezenas de produtores,<sup>14</sup> o porta-voz do MPRIA enfatizou que a situação da apreensão deriva da visível ineficácia das tentativas das últimas décadas de resolver a questão ambiental, especialmente na Amazônia, por meio de acordos e investimentos internacionais e criação de unidades de conservação. Ele destaca que é preciso um reconhecimento público de que “o atual modelo de governança da Amazônia fracassou [...] e o agronegócio da Amazônia precisa ser visto como parte da solução, e não como inimigo, [...] Por que o governo só manda o comando e controle? Por que junto com o Ibama não vem o Incra para regularizar as propriedades?” (Produtores..., 2024).

Cabe destacar que, além da presença em reuniões de produtores — conforme mencionado anteriormente —, o Movimento dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia se manifesta

**14** Reunião ocorrida em 13 de outubro com dezenas de produtores rurais de Novo Progresso, no Centro Cultural da Igreja Católica da cidade, para discutir as recentes operações do Ibama.

com frequência nos veículos de imprensa de grande alcance entre produtores da Amazônia, como a *Gazeta do Povo*, *Canal Rural* e *Notícias Agrícolas*, e nas redes sociais, a exemplo da página do movimento no Instagram, que tem diversas postagens com vídeos sobre temas do interesse dos produtores e críticas às injustiças praticadas contra eles. As publicações também direcionam para convites para ingresso em grupos de WhatsApp do movimento. A partir disso, os produtores da Amazônia levantaram recursos para produzir material, promover campanhas de esclarecimento à população e articular novas reuniões de organização e planejamento sobre a COP do Agro e as manifestações na COP30.

A retórica difundida pelo MPRIA para reagir à COP articula manifestações antes muito localizadas em municípios centrais da pungente produção agropecuária amazônica, como sudeste do Pará e sul do Amazonas. Tal articulação se evidenciou, em um primeiro momento, nas ações que partiram destes municípios para a promoção do dia do fogo ocorrido em agosto de 2019, uma mobilização que já apontava a existência de uma rede poderosa de comunicação, consensos e estratégias compartilhadas para a demonstração de força dos produtores da região até então amparados pelo governo federal.

## **Considerações finais**

A visibilidade dos produtores rurais na Amazônia e de suas demandas ganhou relevância durante o governo Bolsonaro e permitiu a crescente identidade política respaldada na afirmação de uma perspectiva ideológica baseada em posições conservadoras e na necessidade de construção de um movimento independente das entidades representativas tradicionais do agronegócio.

Ao final de 2022, o governo Lula venceu as eleições e em 2023 foi empossado, assumindo os compromissos firmados com movimentos sociais e com organizações ambientalistas, para combater os crimes ambientais na Amazônia que caracterizaram o governo Bolsonaro. Os grandes incêndios que voltaram a assolar a Amazônia

e a centralidade da Amazônia no combate às mudanças climáticas e no mercado dos ativos ambientais tornaram imperativa a intensificação das operações de comando e controle para reprimir as ilegalidades que acompanham a produção agropecuária na Amazônia.

Conforme foi possível observar, o MPRIA é uma tentativa de reação política ao estancamento da fronteira agropecuária e à perspectiva de avanço da fronteira da preservação e da restauração. Para a consecução de suas ações, tem sido preciso redefinir a identidade específica do agro amazônico dentro do universo do agro brasileiro, mas reproduzindo sua estratégia de organização orientada pelo “modo organizado e sistemático”. A drástica mudança na orientação política do novo governo foi acompanhada da notória perda de capital político dos segmentos agropecuários da Amazônia e sua crescente marginalização em uma conjuntura de retomada do protagonismo ambiental da região. Tal situação tem acelerado o processo organizativo do segmento e a tentativa de retomar o território perdido no futuro da Amazônia.

Em junho de 2025, foi noticiado o cancelamento da COP do Agro, embora as expectativas de comparecimento já somassem cerca de cinco mil participantes e já houvesse destaque à presença confirmada de governadores como Romeu Zema (MG) e Ronaldo Caiado (GO), além de senadores e deputados federais ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), como Pedro Lupion (PP-PR), Silvia Waiãpi (PL-AP) e Wellington Fagundes (PL-MT).

Segundo os organizadores do evento, o cancelamento foi motivado pela censura, a falta de coesão dos produtores e a “perseguição política” do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), expressa na rescisão, no fim de maio de 2025, do contrato de aluguel do Centro de Convenções Carajás, o espaço do evento, através de notificação do governo do Pará de que, em outubro e novembro, o local só poderia ficar disponível para eventos da COP oficial. A Apria cogitou a realização em espaço privado e em outras datas, mas desistiu frente ao custo e às dificuldades institucionais e logísticas. Segundo a Apria, o recuo será uma oportunidade para reavaliar as estratégias de mobilização.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Reforma Agrária*, [s. l.], ano 19, n. 1, p. 4-7, abr./jun. 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.
- MBVA – MOVIMENTO BRASIL VERDE E AMARELO. Presidente Bolsonaro: a CNA não nos representa, 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXeRlOOp96T/>. Acesso em: 13 set. 2022.
- MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. “Esse governo é de vocês”. Do Terra legal ao Titula Brasil: análise de uma década de políticas de regularização contra o caos fundiário amazônico. *Amazônica – Revista de Antropologia*, [s. l.], v. 15, p. 49-71, 2023.
- MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho Necessário*, [s. l.], v. 20, p. 1-26, 2022.
- POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>. Acesso em: 10 maio 2025.
- POMPEIA, Caio As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. *Revista de Antropologia*, [s. l.], v. 66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839>. Acesso em: 10 maio 2025.
- PRODUTORES rurais do Novo Progresso se reúnem para contestação de operação do Ibama e reafirmam compromisso com a sustentabilidade. *Notícias Agrícolas*, Valinhos, 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/>

informe-publicitario/386836-produtores-rurais-de-novo-progresso-se-reunem-para-contestacao-de-operacao-do-ibama-e-reafirmam-compromisso-com-a-sustentabilidade.html. Acesso em: 10 maio 2025.

TOSI, Marcos. Produtores da Amazônia rechaçam rótulos de vilões e querem voz e assento na COP30. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/produtores-amazonia-rechacam-rotulo-viloes-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 maio 2025.